



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.<sup>a</sup>

Orçamento do Estado para 2019

Proposta de Alteração

TÍTULO II  
Disposições fiscais

CAPÍTULO II  
Impostos indiretos

SECÇÃO I  
Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 211.º

Aditamento à Lista I anexa ao Código do IVA

- 1 - São aditadas as verbas 2.32, 2.33 e 2.34 à Lista I anexa ao Código do IVA, com a seguinte redação:

[...]

2.34 - Os serviços energéticos para ações de melhoria de eficiência energética, prestados por empresas de serviços energéticos (ESE), nos termos do Decreto-Lei n.º 319/2009, de 3 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de Fevereiro.

- 2 - [...]

Assembleia da República, 15 de novembro de 2018

Os Deputados,

Paulo Sá  
Duarte Alves  
Bruno Dias

Nota justificativa:

O reforço da eficiência energética deve ser um desígnio da política energética. Apetrechar os edifícios e equipamentos – públicos e privados – de condições que permitam reduzir os consumos energéticos é a melhor forma de reduzir os custos com a energia, com vantagens económicas e ambientais.

O quadro da partilha de riscos entre as entidades públicas e as Empresas de Serviços Energéticos (ESE) determinado pelo Decreto-Lei 29/2011, tem trazido benefícios estruturais favoráveis ao Estado, em termos de poupanças duradouras de energia decorrentes de intervenções de melhoria da eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos.

Para potenciar essas melhorias, a redução da incidência de IVA permite uma mais fácil contratação destes serviços, particularmente às autarquias, pois que assume um carácter de despesa que estas não podem deduzir. São as autarquias que apresentam, de entre os diferentes organismos públicos, os maiores consumos de energia, particularmente de eletricidade, tendo sobretudo em atenção a componente iluminação das vias públicas, que só por si corresponde a mais de 60 % dos consumos de eletricidade no Estado.

Por outro lado, é razoável que intervenções no domínio da eficiência energética tenham, em termos de IVA, um tratamento similar ao da reabilitação urbana.